

MOÇÃO N.º

“Contra o Extermínio do Rato Preto e Coelho das Berlengas”

1. As Berlengas são um pequeno arquipélago situado a 5.5 milhas náuticas (cerca de 10 km) ao largo de Peniche, que engloba a ilha da Berlenga e recifes associados, os Farilhões-Forçadas e as Estelas. O seu património biológico ao nível da conservação é classificado de elevado interesse devido ao seu ecossistema insular terrestre que incorpora plantas endémicas, habitats protegidos e nidificação de várias espécies de aves marinhas ameaçadas, e ao vulnerável ecossistema marinho envolvente, um dos mais ricos das águas portuguesas;
2. Encontra-se neste momento em curso, o projecto **LIFE Berlengas** que visa contribuir para a gestão sustentável da Zona de Protecção Especial (ZPE) das Berlengas, cujo objectivo é conservar os seus habitats, plantas endémicas e populações de aves marinhas. Com este projecto pretende-se compreender as principais ameaças que afectam os valores naturais das Berlengas, em terra e no mar, e definir estratégias para as minimizar e erradicar;
3. O **LIFE Berlengas** pugna pelo extermínio de populações animais (rato-preto e coelho) que fazem parte do ecossistema-Berlenga;
4. Contudo não existe fundamentação científica credível que sustente que na Berlenga, ao rato-preto ou ao coelho possa ser atribuído o estatuto de praga, e muito menos que estas populações estejam desajustadas da dinâmica do ecossistema desta Ilha;
5. A coordenação do projecto é da responsabilidade da SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Câmara Municipal de Peniche, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo ainda como observador externo a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria. Entre outros objectivos, o Projecto **LIFE Berlengas** advoga o extermínio da população de rato-preto (*Rattus rattus*) a fim de, artificialmente fomentar o crescimento de populações de aves;

6. Refira-se ainda que, o projecto supracitado, advoga o extermínio da população de rato-preto, viola claramente os objectivos conservacionistas das áreas naturais de protecção especial e faz letra morta do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas;
7. A utilização de bromadiolona ou biocidas similares inespecíficos não afecta unicamente a espécie-alvo mas também outros vertebrados terrestres que os consumam ou ainda eventuais predadores de animais envenenados, integrando-se assim nas cadeias alimentares;
8. Relembramos que passam pela Berlenga predadores de ratos como o Bufo-Real (*Bubo bubo*), a Coruja-do-Nabal (*Asio flammeus*), a Águia-de-Bonnelli (*Hieraaetus fasciatus*) e o Peneireiro (*Falco tinnunculus*), este último muito frequente durante todo o ano;
9. Os biocidas anticoagulantes são susceptíveis de causar intoxicações secundárias nos predadores e necrófagos, que podem não morrer mas perder capacidades a nível neurológico que reduzem significativamente a sua capacidade de sobrevivência;
10. A utilização de anticoagulantes como forma de aniquilar animais, é condenada pela comunidade internacional e proibida em muitos países, pelo facto de causar um imenso sofrimento àqueles que os ingerem violando todas as regras humanistas de um mundo civilizado que luta pelo bem-estar animal;
11. Devem ser solicitados pareceres científicos a entidades nacionais e internacionais externas ao Projecto, que fundamentem a boa ou má decisão do extermínio das espécies em questão.



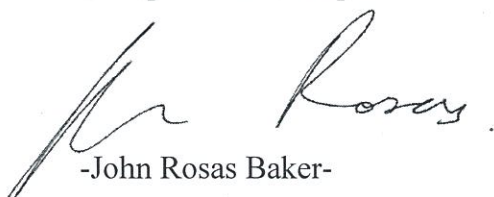
O Grupo Municipal do Partido da Terra propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 07 de Julho de 2015, delibere:

1. Exigir do Estado Português o cumprimento dos compromissos assumidos com a conservação das populações do arquipélago da Reserva Natural das Berlengas.
2. Instar ao Governo que como medida cautelar e dada à carência de fundamentação científica, suspenda a prossecução do projecto **LIFE Berlengas**.
3. Solicitar à equipa do Projecto que cesse imediatamente a campanha de “desratização” em curso, até que exista fundamentação científica credível que recomende (ou não) a intervenção antrópica na dinâmica do ecossistema da Berlenga.
4. Enviar a presente moção para o Primeiro-ministro, Ministro do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Deputados Portugueses no Parlamento Europeu, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Quercus, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Câmara Municipal de Peniche, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria.

Lisboa, 07 de Julho de 2015

Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,

O Deputado Municipal


-John Rosas Baker-

